



O impacto da coleta de **madeira** no valor produtivo futuro de uma área na floresta amazônica foi avaliado por um estudo da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (USP/Esalq). Os resultados do trabalho mostram que as espécies com maior interesse comercial não conseguem repor o volume retirado dentro do **ciclo** de corte estabelecido pela lei (30 anos), o que reduz seu valor mesmo com a adoção de práticas de manejo com baixo **impacto** ambiental.

A pesquisa analisou a **sustentabilidade** da produção de madeira na **Amazônia Oriental**. "No local, são realizadas medições da mortalidade das árvores e de seu crescimento após o manejo", afirma o professor Edson Vidal, do Departamento de Ciências Florestais (LCF), que estuda a região desde 1993. A área avaliada, localizada no município de Paragominas (PA), possui 200 hectares de extensão, divididos em setores de exploração com impacto reduzido por melhores práticas de manejo florestal (100 hectares), exploração predatória (70 hectares) e uma área testemunha, com a floresta original preservada (30 hectares). Dentro do sistema de exploração com impacto reduzido é realizado um inventário das espécies de maior valor comercial. São retiradas de três a cinco **árvores** adultas por hectare, com mais de 50 centímetros de diâmetro. "A exploração **predatória** não tem planejamento, torna a área mais receptiva a incêndios e com maior incidência de ventos, enquanto o setor preservado se manteve intacto".

A partir dos dados coletados na floresta, a pesquisa estimou se a **recuperação** das espécies conseguiria acompanhar o ciclo de corte estabelecido pela **legislação**, que é de 30 anos. "As espécies de maior valor, que possuem poucos exemplares, tem um ciclo de **crescimento** mais lento, e podem não conseguir **recuperar** todo o volume que foi retirado no prazo previsto pela lei, não conseguindo manter, em consequência, seu valor produtivo", ressalta Vidal. Entre essas espécies estão o **ipê roxo** (Tabebuia impetiginosa), **jatobá** (Hymenaea courbaril), **freijó cinza** (Cordia goeldiana) e o **cedro vermelho** (Cedrela odorata).

Durante o ciclo de **corte**, espécies com menor valor comercial que têm crescimento mais rápido, também chamadas de **pioneiras**, acabam por tomar o lugar das árvores mais valorizadas, empobrecendo a floresta. "Esse deslocamento pode desencadear uma **pressão** pela concessão de novas áreas de manejo, além de estimular o corte ilegal", alerta o professor. Algumas das espécies com menos valor são a **sumaúma** (Ceiba pentandra), o **paricá** (Schizolobium amazonicum) e a **copaíba** (Copaifera sp). Para evitar que o manejo sustentável da floresta perca valor, a pesquisa sugere que os ciclos de corte sejam **alongados**. "Assim seria possível criar condições para que as espécies com poucos exemplares consigam se recuperar adequadamente", afirma Vidal.

O professor observa que o **Brasil** vem realizando um programa ambicioso de concessão florestal na Amazônia e a exploração sustentável vem se mostrando **rentável** devido à madeira disponível no primeiro ciclo de corte, algo que não permanecerá nos futuros ciclos. "Para assegurar o valor produtivo da floresta, é preciso além da adoção de práticas de manejo com menor impacto, adequar os ciclos de corte por espécies ou grupos de espécies e, consequentemente, a legislação", aponta. Os resultados das pesquisas na Amazônia estão reunidos em um artigo a ser publicado na revista europeia Land Use Policy. Os estudos tiveram a colaboração de pesquisadores das Universidades da Florida e do Oregon (**Estados Unidos**) e do Instituto Floresta Tropical, sediado em Belém (**Pará**).